

Câmara deve proibir pesquisas 30 dias antes

A Câmara dos Deputados deverá concluir, hoje, a votação do projeto de lei que regulamenta a eleição presidencial, rejeitando as principais alterações introduzidas pelo Senado.

A decisão foi tomada no início da noite de ontem em reunião das lideranças partidárias, realizada no gabinete do líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS).

A única alteração importante aprovada pelo Senado e aceita pelos líderes é a que inclui vários outros itens a serem preenchidos pelos candidatos na sua declaração de bens.

Será mantida, portanto, a proibição de divulgação de pesquisas eleitorais nos 30 dias anteriores ao primeiro turno da eleição e nos dez dias anteriores ao segundo turno.

Será igualmente mantida a data do 5 de abril (seis meses a contar da promulgação da Constituição) para o quadro partidário que será tomado como base para efeito da distribuição, entre os partidos políticos, do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão e para se saber quais as agremiações que poderão participar da sucessão presidencial. Só podem participar os partidos que tenham registro definitivo ou registro provisório e representação parlamentar.